

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

RQ 20/2007

REQUERIMENTO Nº (vários Deputados)

Requer a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias de irregularidades nos contratos de gestão do INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE – ICS com o Governo do Distrito Federal, no período de 1999 a 2006, materializadas em investigações do Ministério Público do Distrito Federal, do Ministério Público de Contas do Distrito Federal, do Ministério Público do Trabalho, Tribunal de Contas do Distrito Federal e da Polícia Federal, que apontam condutas ilícitas e imorais de agentes públicos e de terceiros, desvios de recursos, superfaturamento e notas fiscais fraudulentas, que teriam causado vultosos prejuízos ao tesouro do Distrito Federal.

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
Recem em 02/01/07 às 16:37
de modo Simoy
Assinatura Matrícula

Ao Protocolo Legislativo para registro e, em seguida, à Assessoria de Plenário e Distribuição para inclusão em Ordem do Dia:
Em 09/02/07

Assinatura
Pimenta Pinheiro Lima
Chefe da Assessoria de Plenário

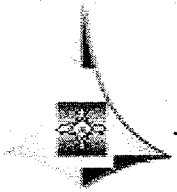
PROTOCOLO LEGISLATIVO
RQ Nº 20 / 2007
Fls. Nº 01

01. Os parlamentares adiante subscritos, nos termos do art. 68. § 2º da lei Orgânica do Distrito Federal e art. 72, 73 e 74 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, requerem a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar denúncias de irregularidades nos contratos de gestão do INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE – ICS com o Governo do Distrito Federal, no período de 1999 a 2006, materializadas em investigações do Ministério Público do Distrito Federal, do Ministério Público de Contas do Distrito Federal, do Ministério Público do Trabalho, Tribunal de Contas do Distrito Federal e da Polícia Federal, que apontam condutas ilícitas e imorais de agentes públicos e de terceiros, desvios de recursos,

Assinatura
Pimenta Pinheiro Lima

Assinatura

Assinaturas de vários deputados



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

superfaturamento e notas fiscais fraudulentas, que teriam causado vultosos prejuízos ao tesouro do Distrito Federal.

02. REQUEREMOS, ainda ao Plenário, desta Augusta Casa Legislativa, autorização para que a presente "CPI" requisite, em caráter transitório, sem ônus para a Câmara Legislativa do Distrito Federal, a participação de um Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, bem como, de funcionários de qualquer Órgão ou Entidade da Administração Pública direta, indireta e fundacional do Distrito Federal, podendo inclusive, solicitar a cessão, nas mesmas condições, de servidores dos Poderes Federais, necessários à execução dos trabalhos.

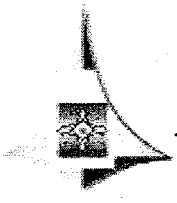
03. REQUEREMOS por fim, a tramitação em regime de URGÊNCIA desta Proposição.

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RB Nº 20 12007
Fis. Nº 02

### JUSTIFICACÃO

No período de 1999 a 2006 o Governo do Distrito Federal resolveu utilizar na sua estrutura administrativa pessoas terceirizadas, sem concurso público, através de contratos de gestão com o Instituto Candango de Solidariedade – ICS.

De acordo com investigações efetivadas principalmente no ano de 2006 pelo Ministério Público do Distrito Federal, Ministério Público de Contas do Distrito Federal, Ministério Público do Trabalho, Tribunal de Contas do Distrito Federal e Polícia Federal, os referidos contratos de gestão têm sido utilizados para desviar dinheiro público e operar o enriquecimento ilícito de agentes públicos e de terceiros, através de procedimentos superfaturados, notas fiscais fraudulentas e serviços pagos e não executados.



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

São inúmeras as irregularidades já constatadas, como por exemplo, um rombo de R\$ 24 milhões em três contratos do ICS com a CODEPLAN, onde o número de horas trabalhadas registrado nas notas fiscais não corresponde às horas e às pessoas que efetivamente prestaram serviços.

Relevante e inadmissível é o fato de que até a data de hoje, após o repasse de mais de R\$ 2,6 bilhões do tesouro do Distrito Federal, o ICS jamais prestou contas da aplicação desse montante.

Além das fraudes nas notas fiscais, as investigações apontam o desvio de R\$ 26 milhões só nos últimos quatro anos. As reportagens em anexo tratam de forma clara tudo o que foi acima reportado.

Causa espécie e repúdio a ousadia que marcou a sucessão tais fatos. O dinheiro público é colocado a serviço de interesses particulares. Evidentes são os indícios de sobreposição do interesse particular, sobre o interesse público.

Diversos contratos de gestão do Instituto Candango de Solidariedade ora impugnados ferem mortalmente a legislação pátria. Se as irregularidades estão amplamente demonstradas, por certo também estão as afrontas aos princípios da legalidade, da eficiência e da moralidade, que necessariamente devem ser observados por aqueles que lidam com o dinheiro público, esculpidos no art. 37 da Constituição Federal:

PROTOCOLO LEGISLATIVO  
RD Nº 20 / 2007  
Fis. Nº 03

*Art. 37 A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)*

Além disso, as características antes descritas afrontam também o princípio da impessoalidade, o qual, de acordo com Hely Lopes Meirelles, nada mais é do que o clássico princípio da finalidade, o qual

## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

impõe ao administrador público que só pratique o ato para o seu fim legal. E o fim legal é unicamente aquele que a norma de Direito indica expressa ou virtualmente como objetivo do ato, de forma impessoal.

E, se o princípio da finalidade exige que o ato seja praticado sempre com finalidade pública, fica o Administrador impedido de buscar outro objetivo ou de praticá-lo no interesse próprio ou de terceiros.

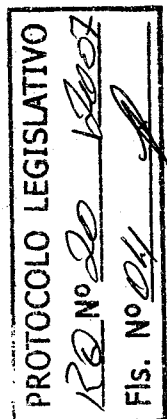
O que o princípio da finalidade veda é a prática de ato administrativo sem interesse público ou conveniência para a Administração, visando unicamente a satisfazer interesses privados, por favoritismo ou perseguição dos agentes governamentais, sob a forma de desvio de finalidade. Esse desvio de conduta dos agentes públicos constitui uma das mais insidiosas modalidades de abuso de poder.

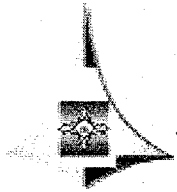
Resta claro, então, que o Administrador não pode praticar atos em desacordo com a lei e com os princípios. Tal atitude subverte a natureza pública da Administração e os princípios constitucionais da impessoalidade, da moralidade e da legalidade. Favorecer pessoas, superfaturar pagamentos, desviar dinheiro público e burlar o princípio da licitação pública, constituem graves ofensas aos princípios constitucionais retro mencionados.

E, nesse ponto o ato revela a mais grave inconstitucionalidade, tal como leciona CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELO:

*"Violar um princípio é muito mais grave do que transgredir uma norma. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos.*

*É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de todos os valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra. Isto porque com*





## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PROTOCOLO LEGISLATIVO  
RA Nº 20 12007  
Fls. Nº 05

*ofendê-lo, abatem-se as vigas que o sustém e alui-se toda estrutura neles reforçada" (1).*

Conforme se conclui dos fatos retro narrados, o princípio da legalidade foi violentado. O primeiro princípio do Estado Democrático de Direito, e do sistema constitucional brasileiro, é sem dúvida o princípio da legalidade. Segundo este princípio, os cidadãos, os agentes públicos e todos submetidos ao estado só podem fazer o que a Lei permite. É o princípio da completa submissão do Estado às Leis e ao Direito buscando a Justiça Social.

Na administração pública só é possível fazer o que a lei antecipadamente autoriza. Administrar é prover aos interesses públicos, assim caracterizados em lei, fazendo-a na conformidade dos meios e formas nela estabelecidos ou particularizados segundo suas disposições. A lei deve ser aplicada na conformidade de sua razão de ser, do objetivo em vista do qual foi editada. Desatender o fim legal é desatender a própria lei.

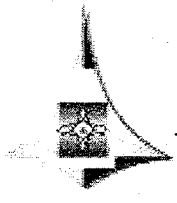
Os fatos narrados, além de ilegais, são lesivos ao patrimônio público. Na conceituação de Hely Lopes Meirelles "*lesivo é todo ato ou omissão administrativa que desfalca o erário ou prejudica a Administração*"<sup>2</sup>. Restou evidente e qualificado o prejuízo à Administração Pública.

Contudo, como se não fosse mais que suficiente, o relatório de auditoria aponta a violação a moralidade administrativa pública.

O ensinamento do mestre administrativista brasileiro, Hely Lopes Meirelles, é cristalino sobre o tema: "*O agente administrativo, como ser humano dotado da capacidade de atuar, deve, necessariamente, distinguir o bem do mal, o honesto do desonesto. E, ao atuar, não poderá desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não*

(1) Elementos de Direito Administrativo, p. 230.

(2) In Mandado de segurança, ação popular e ação civil pública, 11ª ed., Ed. RT, São Paulo, 1987, p. 85.



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

PROTOCOLO LEGISLATIVO  
20 No 20 12007  
Fis. No 06

*terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas também, entre o honesto e o desonesto”<sup>3</sup>.*

As irregularidades nos contratos de gestão com o ICS apontados nas diversas investigações efetivadas, tropeçam, de maneira intencional, na moralidade administrativa, explicitando de forma inequívoca o conluio entre o agente público e a iniciativa privada para o locupletamento ilícito.

A moralidade administrativa foi violada no abuso do direito, no desvio do poder e mesmo na razoabilidade. Afinal, no conceito de moralidade administrativa vai ser aferida também a probidade do servidor, que deve *“servir à Administração com honestidade, procedendo no exercício de suas funções, sem aproveitar os poderes ou facilidades delas decorrentes em proveito pessoal ou de outrem a quem queira favorecer”<sup>4</sup>*. No caso em tela, à imoralidade administrativa soma-se o binômio lesividade-ilegalidade. Até porque, geralmente, aonde vai a corda vai a caçamba. Aqui lançamos mão dos ensinamentos de Rodolfo de Camargo Mancuso: *“A imoralidade administrativa trará, subjacente, a afronta a um dispositivo legal, de modo mais ou menos explícito.”<sup>5</sup>*

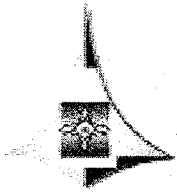
Além das violações legais acima descritas, restam evidentes os fortes indícios dos atos de improbidade administrativa tipificados na Lei 8.429/92, sobretudo atos QUE IMPORTAM ENRIQUECIMENTO ILÍCITO (art. 9º, inc. I, II, III, VIII e XII); QUE CAUSAM PREJUÍZO AO ERÁRIO (art. 10, inc. I, IV, VII, VIII e XII); QUE ATENTAM CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (art. 11, inc. I, II, III, IV, V, VI e VII).

*Adm. Popular*  
*Adm. Popular*

<sup>3</sup> In Direito Administrativo Brasileiro, 2ª ed., Ed. RT, S. Paulo, 1966, p. 56.

<sup>4</sup> Manoel Caetano, in Manual de Direito Administrativo, Forense, 1970, t. II/684. Vale a pena confrontar a questão suscitada nesta Ação Popular e acórdãos recentes, como este do TJSP: 7ª C., rel. Des. Campos Mello, v.u.,j. 26.6.91, RT 673/61. Ou ainda, um segundo, com a seguinte EMENTA: Abuso Configurado. Desvio de finalidade pública. Ofensa à moralidade pública, 8ª C., rel. Des. Manoel Carlos, maioria, j. 9.5.90, Boletim de Direito Municipal, maio/92, p. 234.

<sup>5</sup> In Ação Popular, 2ª ed. revista e ampliada, São Paulo, Ed, RT, 1996, p. 95.



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

O Poder Legislativo tem a obrigação legal e moral de investigar estas denúncias. Deve ele, como já se constituiu em outros momentos, ser o instrumento eficiente para estancar, mais uma vez, as condutas lesivas à população do Distrito Federal.

A CPI possui instrumentos legais, materiais e humanos com condições mais apropriadas para aprofundar as investigações ora iniciadas.

Por esta razão, buscando o fortalecimento das ações do Poder Legislativo Distrital em sua ação fiscalizadora, espera-se o apoio de todos os parlamentares, demonstrando assim, a defesa da sobreposição do interesse público ao interesse particular.

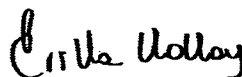
Ressaltamos que o presente requerimento busca constituir uma comissão parlamentar de inquérito isenta, que investigue profundamente o assunto em tela, no estrito caminho da legalidade.

Sala das sessões, 05 de janeiro de 2007.

  
CHICO LEITE DE - PT

  
PAULO TADEU - PT

  
ROGÉRIO ULYSSES - PSB

  
ERIKA KOKAY - PT

  
CABO PATRÍCIO - PT

  
CABO PATRÍCIO - PT

  
ALÍRIO NETO - PPS

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RE Nº 20 12007
Fis. Nº 07 P



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

---

*REGUFFE*

REGUFFE – PDT

AYLTON GOMES – PNM

RONEY MEMER – PMDB

AGUINALDO SILVA – PL

*PEDRO PASSOS*

PEDRO PASSOS – PMDB

LUZIA DE PAULA – PSL

BENÍCIO TAVARES – PMDB

BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP

RUBENS BRUNELLI – PFL

BERINALDO PONTES – PP

RAAD MASSOUH – PFL

MILTON BARBOSA – PSDB

LEONARDO PRUDENTE – PFL

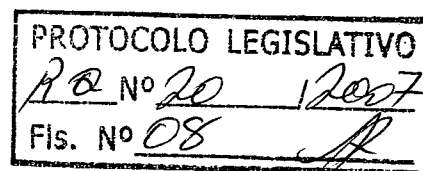
JAQUELINE RORIZ – PSDB

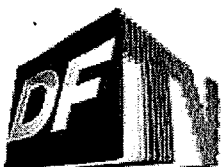
PAULO RORIZ – PFL

CRISTIANO ARAÚJO – PTB

WILSON LIMA – PRONA

DR.CHARLES – PTB





[www.globo.com/dftv](http://www.globo.com/dftv) - Ache esta matéria em:

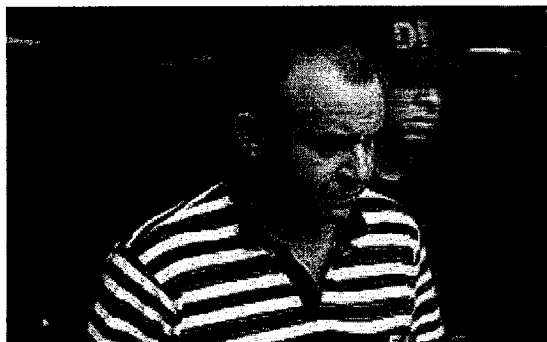
<http://redeglobo6.globo.comhttp://dftv.globo.com/Dftv/0,6993,VDD0-2982-20061019-248243-0,00.html>

Quinta-Feira, 19 de Outubro de 2006

## Reportagem

### Desvios milionários

Rafael Monaco / Manoel Lenaldo / Luiz Gonzaga Pinto



Apesar de até agora o Tribunal de Justiça do Distrito Federal ter tomado decisões favoráveis às atividades do Instituto Candango de Solidariedade (ICS), o Ministério Público de Contas do DF nunca parou de investigar as atividades do instituto. O que chamou atenção dos procuradores foi o montante de dinheiro que o ICS recebeu do governo até hoje.

Em 1998 o GDF repassou R\$ 85,9 milhões ao Instituto Candango de Solidariedade. Em 2000 foram R\$ 274 milhões. Em 2002, R\$ 345 milhões. Em 2004 chegaram a R\$ 486 milhões. Até agora, segundo o Tribunal de Contas do DF, o ICS recebeu mais de R\$ 2,6 bilhões do governo.

Em 2005, uma comissão foi nomeada pelo Ministério Público de Contas para apurar o repasse de recursos do ICS à Codeplan. Por amostragem, os técnicos esmiuçaram apenas três contratos e encontraram um rombo de R\$ 24 milhões. E não foi difícil descobrir onde estava a origem desse prejuízo. O erro foi encontrado no número de horas trabalhadas registrado nas notas fiscais.

A equipe do Tribunal de Contas encontrou uma nota fiscal de janeiro de 2005, onde foram registradas mais de 1.700 horas trabalhadas para o cargo de analista júnior e mais de 1.200 horas para auxiliar de informática. Mas, naquele mês, ninguém exerceu essas funções.

Na mesma nota fiscal foram computadas 4.995 horas trabalhadas por cinco analistas de sistema. São quase mil horas de trabalho por mês para cada um. Segundo o relatório, essa prática se repetiu nas notas fiscais dos meses de fevereiro, março e abril.

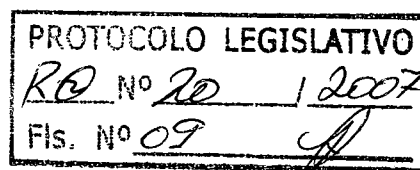
Em outra nota fiscal, também do mês de janeiro, foram registradas 9.200 horas para o cargo de administrador de banco de dados, mas só duas pessoas exerceram essa função. Em fevereiro e março as notas fiscais mostram 17.900 horas trabalhadas sem que ninguém tivesse exercido essas funções.

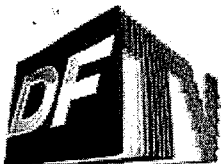
"Não existem prestações de contas. O instituto acaba de perder o título no Conselho de Assistência Social, justamente por não prestar contas. O MPDFT analisa essa questão e existe também uma ação de dissolução do Instituto Candango por causa dessas prestações. Por não virem ou virem com documentos insuficientes", explica a procuradora-geral do MPCDF, Cláudia Fernanda Ferreira.

Em junho deste ano o Tribunal de Contas pediu a inspeção dos contratos entre o ICS e o escritório Neves Barbosa Advocacia e Consultoria S/C. O escritório é de Robson Neves Fiel, cunhado do ex-presidente do instituto, Ronan Batista de Souza.

Os dois estão presos desde terça-feira na carceragem da Superintendência da Polícia Federal. Também foram presas outras dez pessoas, entre elas o atual presidente do ICS, Lázaro Severo Rocha.

Pelas investigações do Ministério Público Federal e do Ministério Público do DF, nos últimos quatro anos teriam sido desviados R\$ 26 milhões do ICS.





FECHAR

IMPRIMIR

[www.globo.com/dftv](http://www.globo.com/dftv) - Ache esta matéria em:

<http://redeglobo6.globo.comhttp://dftv.globo.com/Dftv/0,6993,VDD0-2982-20061128-254534-0,00.html>

Terça-Feira, 28 de Novembro de 2006

## Reportagem

### ICS: Irregularidades na Codeplan

Rafael Mônaco / Edgar Andrade



Departamento de Pessoal da companhia.

Segundo a Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan), os contratos de gestão com o Instituto Candango de Solidariedade (ICS) foram suspensos há um ano e meio. Mesmo assim, apesar de todas as denúncias que começaram a surgir, a empresa continuou terceirizando serviços.

A Codeplan é uma das empresas do governo que mais tem empregados terceirizados, já que os 69 funcionários concursados não dariam conta de todo o trabalho. Por isso, as contratações emergenciais começaram a ser investigadas. Mas, quando as denúncias de irregularidades apareceram, algo estranho ocorreu no

É o que diz um relatório do Ministério Público de Contas. Funcionários denunciaram que dados e informações relevantes para a administração pública foram apagados dos computadores da Codeplan.

Segundo o procurador Demóstenes Albuquerque, apagar os arquivos prejudica a apuração dos fatos, já que informações essenciais podem ficar indisponíveis.

O relatório dos analistas diz também que a frequência dos terceirizados é controlada por três pessoas estranhas ao quadro de funcionários. Uma é da Linknet e as outras duas da Prodata, empresas contratadas pela Codeplan.

Os analistas fizeram cópias das listas de dezenas de arquivos que foram apagados nos dias 26, 30 e 31 de outubro deste ano.

Pouco antes, no dia 20 de outubro, o **DFTV** mostrou a **denúncia feita pelo Ministério Público do Trabalho**. Em dezembro do ano passado, foi concedida uma liminar proibindo outras contratações. Mas as decisões do Tribunal Superior do Trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho foram ignoradas pela Codeplan.

Só em junho deste ano, a Codeplan assinou quatro contratos irregulares de terceirização de serviços, avaliados em mais de R\$ 158 milhões. Em pouco mais de um ano, a Codeplan gastou mais de R\$ 515 milhões, pagos a várias empresas.

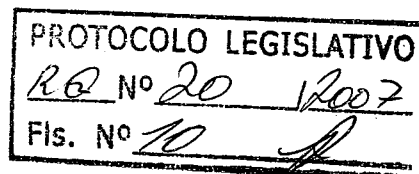
Segundo o chefe de gabinete da Codeplan, Guilherme Boechat, a empresa não tem a mínima idéia de quantos são os funcionários terceirizados porque os contratos não são de mão-de-obra.

"A Codeplan não tem a preocupação de controlar pessoas porque não é esse o objeto do nosso contrato. A gente tem se defendido e de acordo com os resultados demonstrados, nada do que foi trazido pelo Ministério Público foi confirmado. E isso nos permite caminhar, nesse sentido, com os nossos contratos emergenciais já firmados", afirmou Boechat.

O Ministério Público do DF avisou que é crime a Secretaria de Fazenda e a Codeplan autorizarem o pagamento de R\$ 60 milhões, ao Instituto Candango de Solidariedade. O último contrato da Codeplan com o ICS venceu em 7 de junho de 2005. De acordo com os promotores, qualquer valor pago ao ICS, por serviços depois daquela data, é pagamento em dobro ou por serviços não realizados, o que seria peculato e improbidade administrativa.

#### Entenda o caso:

Reveja todas as matéria já publicadas sobre o desvio de verbas envolvendo o Instituto Candango de Solidariedade. [Clique aqui!](#)



**GDF assina contrato de 6 meses para coleta de lixo**

23/11/2006 - 21:07:16

Marcella Oliveira

A Belacap assinou, ontem pela manhã, contrato emergencial com três empresas para coleta de lixo. Desde ontem, a Qualix S.A. Serviços Ambientais, a Construtora Artec LTDA e a Nely Transportes Brasília LTDA fazem a limpeza urbana no DF. Em momento algum, a coleta de lixo foi interrompida, garante o governo.

Logo cedo, funcionários da Qualix varriam a cidade e informaram que todos sabiam que o contrato tinha acabado, mas que foram encaminhados para as ruas e faziam o serviço normalmente. As empresas Artec e Nely já eram subcontratadas da Qualix. As três firmaram um contrato de, no máximo, seis meses, com orçamento total de R\$ 83,9 milhões. O valor publicado ontem no Diário Oficial do DF era de R\$ 92,4 milhões, mas foi alterado e a retificação será publicada hoje, assim como a íntegra do contrato emergencial. O GDF vai efetuar o pagamento baseado na média que vinha sendo feita no último ano, de cerca de R\$ 13,9 milhões por mês.

As outras duas empresas que estavam na primeira proposta do GDF – José Celso Gontijo e WRJ Engenharia – não entraram no contrato emergencial. A governadora Maria de Lourdes Abadia seguiu as recomendações do Ministério Público do DF (MPDF), que alegou que elas não trabalhavam no ramo de limpeza urbana e não têm experiência no setor. A governadora acatou todas as recomendações do MP, entre elas, a não execução de aterros sanitários.

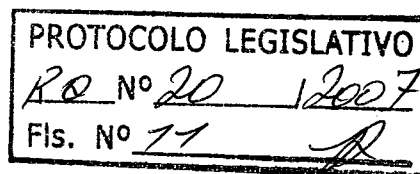
**Disputa**

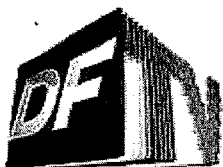
A empresa cearense Marquise entrou com uma liminar na Justiça, pedindo para participar da licitação, mesmo do contrato emergencial. "Nós somos uma das maiores empresas desse setor no País. A gente vem acompanhando a situação do GDF há algum tempo e apresentamos uma carta para a governadora, no sentido de apresentar nossa proposta, mas não tivemos resposta", contou o diretor comercial da empresa, Alexandre Pereira. A recomendação do MP é que o GDF permita que haja concorrência e que justifique os motivos para escolha daquelas empresas. O secretário de Comunicação, Marcus Vinícius Bucar Nunes, explicou que a escolha da Belacap foi por empresas de Brasília. "Estamos hoje (ontem) a 38 dias do fim do governo. A opção da Belacap foi prática, por empresas que já são de Brasília", disse.

Na quarta-feira passada, os deputados distritais aprovaram, em primeiro turno, decreto legislativo que proíbe a contratação emergencial com finalidade de prorrogar um contrato que já seja emergencial. Segundo o secretário de Comunicação, o Departamento Jurídico da Belacap entende que não cabe um decreto legislativo para o segmento de limpeza e, mesmo que houvesse, a situação atual não se enquadra na determinação, uma vez que o contrato que terminou na quarta-feira era de prorrogação da licitação e não emergencial. "Apenas o que foi assinado hoje (ontem) é emergencial", afirmou.



**Lixo continua sendo recolhido normalmente. Três empresas farão o serviço emergencial**





[www.globo.com/dftv](http://www.globo.com/dftv) - Ache esta matéria em:

<http://redeglobo6.globo.comhttp://dftv.globo.com/Dftv/0,6993,VDD0-2982-20061027-249521-0,00.html>

Sexta-Feira, 27 de Outubro de 2006

## Reportagem

### Investigação demorada

Rafael Monaco



O Ministério Público de Contas ainda tem muito o que analisar sobre os contratos de gestão firmados entre o Instituto Candango de Solidariedade (ICS) e o GDF, mas não consegue. Os pedidos de tomadas de contas especiais, que deveriam ajudar, viraram um problema.

A tomada de contas especial é um levantamento minucioso que deve apontar se houve desvio de dinheiro, quem é o responsável e qual o tamanho do prejuízo. Essa análise é feita dentro do órgão investigado e depois de pronta, enviada à Corregedoria-Geral para que seja dado um parecer final.

Mas, segundo o Ministério Público de Contas, as investigações sobre o ICS estão muito lentas, porque a Corregedoria-Geral não pára de pedir a prorrogação de prazo para a entrega dos documentos exigidos.

Em um dos processos, a corregedora-geral do DF, Anadyr de Mendonça Rodrigues, começou a pedir que o prazo fosse estendido em junho de 2005. Fez o mesmo em agosto e outubro do ano passado e reiterou o pedido em abril, junho e outubro deste ano.

Outra reclamação do Ministério Público de Contas é que quando chegam, os documentos são insuficientes. Na análise de tomada de contas de um contrato entre o ICS e a Secretaria de Comunicação Social, o procurador Inácio Magalhães Filho diz que não houve o mínimo esforço para provar a regularidade das contratações, a necessidade dessa mão-de-obra e quais os serviços prestados.

O procurador diz ainda que as contratações de pessoal feitas pelo ICS para órgãos do GDF são ilimitadas e sem critérios, desrespeitando o concurso público e todos os princípios previstos na Lei Orgânica.

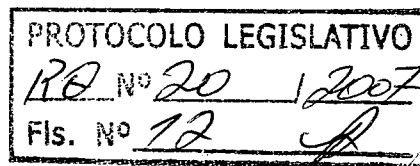
As prorrogações de prazo para entrega de tomada de contas são de contratos de gestão firmados a partir de 1999, entre o ICS e praticamente todas as secretarias do GDF.

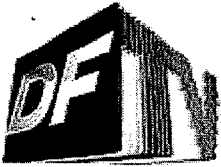
Belacap, Codeplan, Detran, DFTrans, Novacap, TCB, Fundação Pólo Ecológico de Brasília, Fundação do Serviço Social e as secretarias de Ação Social, Agricultura, Coordenação das Administrações Regionais, Criança e Assistência Social, Direitos Humanos, Educação, Secretaria de Esporte e Lazer, de Gestão, Habitação, Saúde, Solidariedade e a Secretaria de Trabalho ainda devem explicações ao Tribunal de Contas.

Além disso, os procuradores têm muitas perguntas sem respostas, como no contrato entre o ICS e DER, assinado em 2000. Segundo o relatório, o contrato foi encerrado em 31 de dezembro de 2003, mas os repasses de dinheiro continuaram sendo feitos até abril deste ano. Ao todo, somaram R\$ 6,1 milhões.

O Ministério Público questiona: qual a vigência desse contrato? Por que os pagamentos continuaram se o contrato já tinha acabado? E quais os serviços pagos? Por enquanto, nada disso foi explicado.

A corregedora-geral do Distrito Federal, Anadyr Mendonça, informou, em nota, que os pedidos de prorrogação são autorizados pelo regimento interno do Tribunal de Contas e são necessários para cumprir determinações legais pelo GDF. Anadyr Mendonça explica, ainda, que a Corregedoria não é responsável pelos atrasos no julgamento das contratações do Instituto Candango.





[www.globo.com/dftv](http://www.globo.com/dftv) - Ache esta matéria em:

<http://redeglobo6.globo.comhttp://dftv.globo.com/Dftv/0,6993,VDD0-2982-20061101-250311-0,00.html>

Quarta-Feira, 01 de novembro de 2006

## Reportagem

### Nova denúncia contra o ICS Rafael Monaco / Wesley Araruna



Parece que a ponta do fio desse carretel de denúncias está longe de ser encontrada. Conforme o tempo passa, surgem novos fatos que colocam sob suspeita as atividades do Instituto Candango de Solidariedade (ICS). Agora, a mira do Ministério Público está apontada para a Novacap. Segundo a direção administrativa da companhia, o débito com o ICS, só em contratos de gestão, chega a R\$ 10 milhões.

De um desses contratos surgiu uma nova denúncia. A Novacap precisava de uma pá carregadeira. Não tinha. O que fez? Por meio de um contrato de gestão, assinado com o ICS,

alugou a máquina em março de 2003. Até agora a Novacap já desembolsou R\$ 421 mil pelo aluguel. O problema é que os valores foram cobrados como se a máquina fosse mais potente do que ela realmente é. Pelo menos é o que mostram os documentos do Detran.

O documento emitido pela Detran, em junho de 2003, mostra que a pá carregadeira tem 118 HPs. Dois meses depois, já com outro dono, o que alugou a máquina para a Novacap, o documento diz que a máquina tem 147 HPs. Já no documento de abril de 2006, a indicação é de que a máquina voltou a ter 118 HPs.

"Os documentos são emitidos pelo Detran. O cadastro do veículo foi feito através do pré-cadastro no Renavam, do sistema nacional. Segundo informações da pessoa responsável pelo cadastro, nunca houve alterações no cadastro desse veículo, em respeito de potência ou outro tipo de característica. Então, é preciso verificar no documento se houve adulteração no próprio documento", diz o chefe fiscalização do Detran, Silvain Fonseca

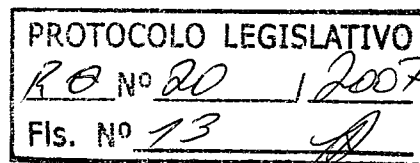
A denúncia foi feita em outubro de 2005 e passou a ser investigada pelo Ministério Público de Contas. A alteração na potência da pá carregadeira é o que faz a diferença nas faturas de cobrança,

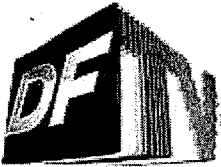
Uma fatura da Novacap, de julho deste ano, mostra as horas trabalhadas e paradas, que são cobradas como se a máquina tivesse 147 HPs. Total da nota: R\$ 9.220. No mês seguinte, quando a máquina já tinha sido vista pelos técnicos do Tribunal de Contas, as horas paradas e trabalhadas começaram a ser cobradas como se a mesma máquina tivesse 118 HPs. E os valores são reduzidos. Resultado: a nota ficou em R\$ 4.165,88.

O endereço do que seria a empresa que aluga a máquina para a Novacap fica em um condomínio residencial, em Vicente Pires. O dono não estava em casa hoje de manhã.

O parecer da Procuradoria Geral do Ministério Público de Contas diz que o fato é gravíssimo e o passar do tempo só destrói a possibilidade de uma apuração correta. Se a denúncia for confirmada, a empresa realmente usou um documento falso para faturar mais.

"De agosto até hoje nós estamos pagando por 118 HPs. Até que o contratante, no caso o ICS, comprove que esse equipamento tem 147 HPs. Se houver diferença a Novacap providenciará as faturas que devemos para o ICS, para que o Estado não fique prejudicado por causa de faturamentos indevidos", afirma o diretor administrativo Novacap, Whashington Sales.





FECHAR

IMPRIMIR

[www.globo.com/dftv](http://www.globo.com/dftv) - Ache esta matéria em:

<http://redeglobo6.globo.comhttp://dftv.globo.com/Dftv/0,6993,VDD0-2982-20061125-253750-0,00.html>

Quinta-Feira, 23 de Novembro de 2006

## Reportagem

### Serviço milionário

Viviane Basile / Wesley Araruna



Está publicado no Diário Oficial do DF. A partir de hoje, a Qualix, a construtora Artec Ltda e a Nely Transportes Brasília são as responsáveis pela limpeza da cidade. Pelo contrato emergencial, que pode durar até 180 dias, as três empresas receberão R\$ 92,4 milhões.

A Câmara Legislativa se posicionou sobre a crise do lixo. Deputados distritais fizeram pronunciamentos no plenário criticando a ação do GDF e assinaram um decreto pedindo mais transparência nas contratações de bens e serviços pelo governo.

No decreto, os parlamentares pedem fim às prorrogações de contratos firmados pela administração pública em caráter emergencial. A justificativa dos distritais é que essa é uma forma esperta encontrada por administradores desonestos para superfaturar a aquisição de bens e serviços, com a finalidade de se beneficiar por meio da dilapidação dos cofres públicos. O documento foi assinado por 17 distritais. Até mesmo quem é governo discute a renovação com a Qualix.

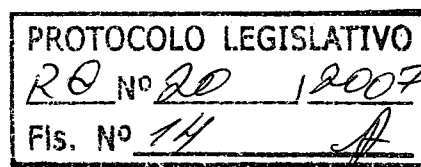
"São valores astronômicos que estão em jogo. Muito mal explicados, muito mal resolvidos. E agora, no apagar das luzes, fazem um contrato refazendo tudo, como se nós fossemos dementes", critica o distrital Pedro Passos.

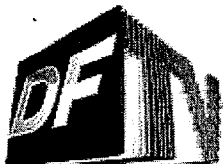
O decreto ainda não foi publicado no Diário Oficial da Câmara. Mas a presidência já demonstrou interesse em fazer um diário extra para que o documento tenha validade legal a partir de hoje. Segundo os deputados, haverá conseqüências para o GDF.

"O descumprimento de um decreto legislativo, naturalmente, leva o gestor ou a autoridade responsável pela assinatura, a responder por crime de improbidade administrativa", afirmou o deputado Leonardo Prudente.

O porta-voz do GDF não retornou as ligações do **DFTV** para falar sobre o decreto da Câmara Legislativa.

[ © Copyright 2006 - Globo Comunicação e Participações S.A. ] | [ Política de Privacidade ]





[www.globo.com/dftv](http://www.globo.com/dftv) - Ache esta matéria em:

<http://redeglobo6.globo.comhttp://dftv.globo.com/Dftv/0,6993,VDD0-2982-20061109-251634-0,00.html>

Quinta-Feira, 09 de Novembro de 2006

## Reportagem

### Verba pública

Rafael Monaco / Márcio Muniz



Quantos carros alugados por mês o governo do Distrito Federal precisa? É isso que o Tribunal de Contas do DF quer saber depois de analisar um contrato de gestão entre a Secretaria de Governo e o Instituto Candango de Solidariedade (ICS). A duração era de três anos, mas só em setembro de 2005, foram alugados 520 carros.

Os auditores do Tribunal de Contas fizeram uma comparação sobre carros alugados pelo Banco do Brasil e pela Secretaria de Governo. Por mês, enquanto o Banco do Brasil pagou R\$ 706, por um carro popular, a Secretaria desembolsou R\$ 1.700. Já um carro de luxo, o Banco do Brasil alugou por R\$ 1.800. A Secretaria de Governo

pagou R\$ 3.300, por um do mesmo modelo.

Depois de três anos de contrato, os auditores estimaram um prejuízo de mais de R\$ 5,6 milhões. Os auditores do TCDF também comentaram no relatório alguns aluguéis que eles consideraram sem justificativa ou caráter emergencial. Foram os casos dos aluguéis de sete carros para o Corpo de Bombeiros, dois carros para o Diário Oficial do DF e dois carros de luxo para enfermeiras do então governador Joaquim Roriz.

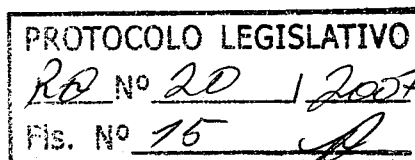
Segundo uma análise de mercado feita pelo Tribunal de Contas, em um ano e meio, a Secretaria de Governo poderia ter comprado 489 carros novos com o dinheiro que pagou pelo aluguel dos 520 veículos. Ou seja, 98% da frota alugada poderia ser própria.

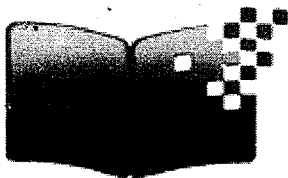
Há pouco mais de uma semana, o Tribunal de Contas foi informado que um edital de pregão para a locação de veículos, sem motorista, sem fornecimento de combustível, com franquia livre e seguro total, foi suspenso pela Justiça. O valor era de R\$ 39,5 milhões, por ano. Esse pregão seria feito para a Secretaria de Gestão Administrativa.

O desembargador Demóstenes Albuquerque pediu providências, como explicações e tomada de contas especiais, à Secretaria de Governo. A Corregedoria pode pedir prorrogação do prazo de 30 dias.

O secretário de Governo, Benjamin Roriz, disse que desconhece essa análise feita pelo Tribunal de Contas e que só vai se pronunciar depois que souber do que se trata.

[ © Copyright 2006 - Globo Comunicação e Participações S.A. ] | [ Política de Privacidade ]





**clicabrasilia.com.br**  
AQUI TUDO ACONTECE

## Ministério Público divulga nota para justificar operação no Instituto Candango de Solidariedade

17/10/2006 - 16:58:40

Em nota, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) deu na tarde de hoje, em seu site explicações sobre a operação realizada na madrugada de hoje, na qual a Polícia Federal cumpriu vários mandados de prisão temporária e de busca e apreensão, relativos a inquérito policial que apura o desvio de dinheiro público e outras condutas ilícitas praticadas por meio do Instituto Candango de Solidariedade (ICS).

As investigações que culminaram com as prisões e busca e apreensão de documentos e outros objetos de crime, explica a nota, se iniciaram no ano de 2002, quando vários indícios demonstraram que parte do dinheiro público repassado ao ICS para programas sociais, em tese, teria sido empregado em campanhas políticas, fatos esses que foram objeto das devidas demandas judiciais no âmbito da Justiça Eleitoral e do Superior Tribunal de Justiça.

De acordo ainda com o documento, "considerando-se a gravidade dos fatos investigados, foi criada uma Comissão de Promotores de Justiça do MPDFT que, posteriormente, deu origem à Força Tarefa designada pelo Procurador-Geral da República, composta por membros do MPF, do MPDFT e do MPT".

A operação deflagrada hoje pela Polícia Federal, portanto, faz parte das apurações realizadas por essa Força Tarefa, que contou com o auxílio do Ministério Público de Contas do DF, da Receita Federal e da Polícia Federal.

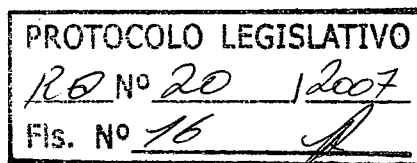
Os indícios levantados durante as investigações indicam desvios de milhões de reais dos Cofres Públicos do DF para pessoas e empresas ligadas aos dirigentes do ICS. Aproximadamente 40 ações judiciais já foram ajuizadas, visando à vedação dos repasses de dinheiro público ao ICS e pugnando pela responsabilização criminal e por atos de improbidade administrativa dos envolvidos.

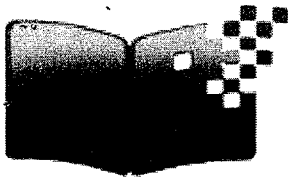
Para finalizar, o MPDFT justifica que todas as medidas legais cabíveis serão tomadas na tentativa de fazer retornar o dinheiro desviado aos cofres públicos, assim como para que sejam punidos todos aqueles que enriqueceram ilicitamente.

### Leia também:

Número de presos na Operação Candango sobe para 12  
PF prende 11 pessoas por desvio no Instituto Candango de Solidariedade

- Com informações do MPDFT





**clicabrasilia.com.br**  
AQUI TUDO ACONTECE

## PF prende 11 pessoas por desvio no Instituto Candango de Solidariedade

17/10/2006 - 10:12:46

Atualizada às 10h44

A Operação Candango da Polícia Federal prendeu, na manhã de hoje, 11 pessoas acusadas de desviar R\$ 26 milhões do Instituto Candango de Solidariedade (ICS). Segundo a PF, ainda faltam cumprir três mandados de prisão. Os detidos foram encaminhados à Superintendência da PF em Brasília.

Entre as pessoas presas estão o presidente do ICS Lázaro Severo Rocha e o ex-presidente da entidade, Ronan Batista de Souza. Outras duas pessoas devem ser presas ainda hoje.

Além de Lázaro e Ronan, foram presos Ítala Patrícia, Edson José de Almeida, Cássio William de Almeida, Antônio Veloso Dourado, Antônio Marin, Robson Neves Fiel, Luiz Sérgio Gouveia, Renan José de Almeida e George Obeid. Eles são funcionários, parentes ou pessoas ligadas a Lázaro e Ronan.

Feito a pedido do Ministério Público Federal e do DF, a operação contou com a ajuda da PF. Desde as 6h, 17 equipes e 80 policiais cumprem 13 mandados de prisão e oito de busca e apreensão.

A operação foi pedida porque a força-tarefa da Receita Federal, do Ministério Público e da Polícia Federal constatou que os recursos desviados foram inicialmente depositados em contas de parentes de Ronan e Lázaro. Os investigadores também descobriram que parte da verba do ICS repassada pelo GDF também havia parado na conta de empresas em nome de colaboradores dos dirigentes da entidade.

Uma das pistas que permitiu a prisão dos acusados é a incompatibilidade entre a declaração de renda informada à Receita Federal e a movimentação nas contas Bancárias. Usado para contratar serviços e funcionários terceirizados para o GDF, principalmente na área de saúde, o ICS é uma sociedade civil sem fins lucrativos.

### Leia também:

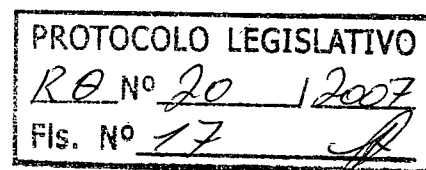
- Ministério Público divulga nota para justificar operação no Instituto Candango de Solidariedade
- Número de presos na Operação Candango sobe para 12

- Da redação do clicabrasilia.com.br

Josemar Gonçalves/JBr



**Documentos que comprovam envolvimento dos acusados chegam à sede da Polícia Federal**



**ROMBO****PF faz devassa no ICS**

17/10/2006 - 21:46:53

Polícia Federal prende 12 pessoas acusadas de fazer parte de um esquema de desvio de recursos do Instituto Candango de Solidariedade

Uma megaoperação feita pela Polícia Federal, ontem de manhã, em vários pontos do Distrito Federal, resultou na prisão de 12 pessoas acusadas de desviar pelo menos R\$ 26 milhões do Instituto Candango de Solidariedade (ICS). Todos os supostos envolvidos no esquema teriam algum tipo de ligação com o Instituto que, nos últimos dez anos, passou a ser usado para contratar serviços e funcionários terceirizados para o GDF. A investigação, comandada pelo Ministério Público Federal e do DF, começou em 2002 e mostra que, em quatro anos, o ICS movimentou, aproximadamente, R\$ 2 bilhões.

Às 6h, cerca de 100 agentes da PF saíram da Superintendência do órgão, no Setor Policial Sul, para cumprir 13 mandados de prisão e oito de busca e apreensão em vários pontos. Entre as pessoas presas estão o presidente do ICS, Lázaro Severo Rocha, e o ex-presidente do Instituto Ronan Batista de Souza. Apenas uma das pessoas, que não teve o nome divulgado pela polícia, não foi encontrada pelos policiais federais. Batizada de "Operação Candango", a ação também contou com a participação de membros da Receita Federal, Ministério Público do Trabalho, além de auditores dos tribunais de Contas da União e do DF.

Meses antes das prisões, a investigação já havia concluído que os recursos desviados foram parar na conta de empresas ligadas a dirigentes do ICS ou de pessoas próximas a eles. O caminho que o dinheiro desviado fazia era simples. Após o repasse dos recursos dos convênios, a quantia era desviada para as contas bancárias de pessoas físicas ou jurídicas, que supostamente faziam parte do esquema.

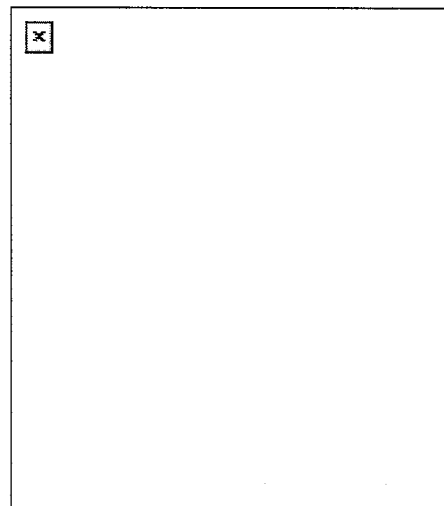
**Fiscalização**

O procurador-geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Leonardo Bandarra, explicou que não há meios legais para responsabilizar o GDF pela fraude. "No entanto, iremos investigar os agentes públicos responsáveis pela fiscalização do dinheiro, como secretários, administradores e presidentes de empresas", disse. Atualmente, existem dez ações civis públicas, 13 de improbidade administrativa e dez ações penais que tramitam na Justiça contra o esquema suspeito de desviar dinheiro público.

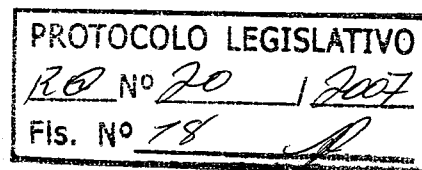
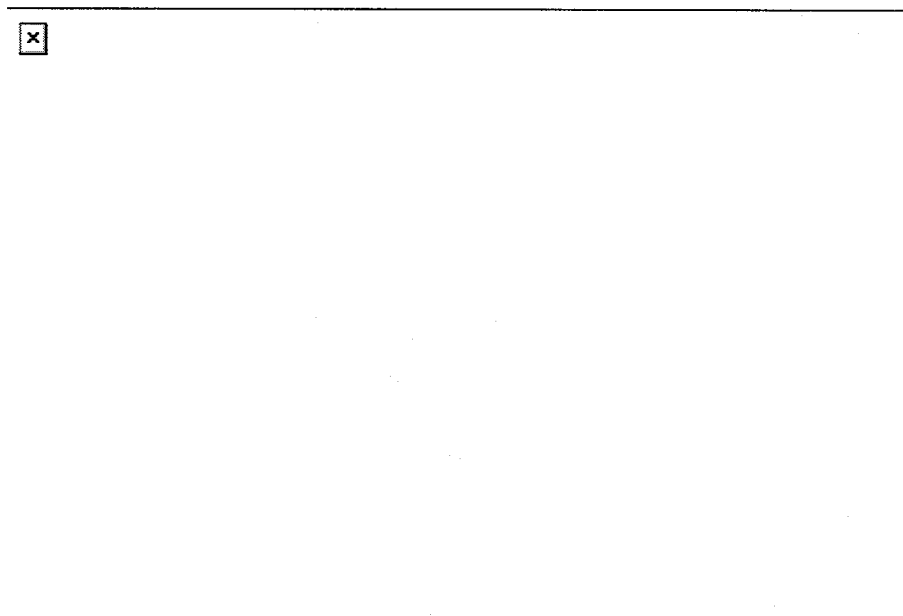
Bandarra lembrou que o prejuízo causado pelos desvios de verbas, apresentado até agora pelas autoridades, representa apenas uma pequena parcela da fraude. Sem dar muitos detalhes, o procurador revelou que existe uma grande quantidade de documentos que ainda não foram analisados. "Existem muitas pessoas trabalhando para analisar todos os dados relativos a movimentação bancária feita pelos suspeitos", contou.

Outro procurador que trabalha no caso, Libânio Rodrigues, da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público, afirmou que a maioria dos contratos fraudados envolve a prestação de serviços na área de informática. "Se a metade desses contratos tivesse sido cumprida, o DF seria a cidade mais informatizada do mundo", ironizou. Desvios de recursos que deveriam ser empregados na locação de carros para órgãos públicos também foram identificados nas investigações.

Além de Lázaro e Ronan, as outras dez pessoas presas foram identificadas como familiares e amigos íntimos deles. "As contas bancárias desses suspeitos movimentaram milhões de reais, nos últimos três anos", afirmou Bandarra. A fraude ficou mais evidente depois que o dinheiro passou a ser transferido para empresas em nome dos dois dirigentes do ICS, além de sócios e parentes.



**Entre as pessoas presas estão o presidente do ICS, Lázaro Severo Rocha (foto) e o ex-presidente, Ronan Souza**

**Empresas estão sob suspeita**

Além de Lázaro e Ronan, também foram presos durante a "Operação Candango", os advogados Luiz Sérgio Gouveia e Robson Neves Fiel; Nilson José Pereira; Elson José de Almeida; Antônio Marim; Antônio Veloso Dourado; o empresário Ronan José de Almeida; Ítala Patrícia Silveira; Cássio William de Almeida; e George Obeid. Os acusados estão detidos na carceragem da Superintendência da PF. A prisão temporária deles é válida por cinco dias, prorrogáveis por mais cinco. O MPDFT ainda pode pedir a decretação da prisão preventiva dos acusados.

Até agora, a força-tarefa, coordenada pelo Ministério Público, já identificou cinco empresas que teriam recebido os recursos desviados, ligadas a Ronan. As contas da Obeid Indústria e Comércio de Alimentos Ltda, Neves Barbosa Advogados, Caetano Almeida Engenharia Ltda, KLY Comunicação e PFG Consultoria já tiveram seus sigilos bancários e fiscais quebrados pelas autoridades. Outras duas empresas, Comercial Almeida Ltda e a Kraft Consultoria, que fariam parte do esquema fraudulento, aparecem registradas em nome de Lázaro e de seus sócios.

Adolfo da Costa, advogado de Ronan, que também já esteve à frente da Secretaria de Estado de Coordenação das Administrações Regionais (Sucar), afirmou ontem à tarde, na Superintendência da PF, que a polícia não encontrou na casa do seu cliente nada que o incrimine. "Vou pedir o relaxamento de prisão de meu cliente", adiantou o advogado.

Em meados do ano passado, a Corregedoria da Polícia Civil do DF também chegou a investigar o caso de desvios de recursos do Instituto Candango de Solidariedade. O inquérito, que foi concluído, foi enviado pela polícia à 1ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do DF.

## Idéia da CPI ganha força

Daniela Lima

A notícia da prisão dos 12 suspeitos de envolvimento com desvio de dinheiro do Instituto Candango de Solidariedade (ICS) movimentou a Câmara Legislativa. Com a ação da Polícia Federal (PF), os defensores da instauração de uma Comissão de Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a entidade foram à tribuna do plenário para cobrar uma postura dos distritais que compõem a Casa.

Augusto Carvalho (PPS) e Paulo Tadeu (PT) provocaram a movimentação que levou o ICS a ser o principal alvo de críticas na Casa, na tarde de ontem. A abertura de uma CPI para investigar o Instituto tem apoio de nomes de peso na Câmara, como o da deputada Eliana Pedrosa (PFL). "Essas denúncias nos trazem a necessidade de decidir pela implantação da CPI. É uma cobrança da sociedade", disse Augusto Carvalho, que protocolou o pedido de CPI do ICS.

A idéia da instauração da Comissão ganhou corpo. Tanto que alguns parlamentares queriam votar a instauração da CPI do ICS e de outra investigação de denúncias de suborno contra funcionários do Banco de Brasília (BRB) ainda na sessão de ontem. Os ânimos tiveram que ser acalmados pelo presidente da Câmara, deputado Fábio Barcellos (sem partido).

Barcellos pediu que os deputados tivessem consciência da responsabilidade de suas escolhas. "Neste momento a cobrança da sociedade é muito grande. Mas é preciso que os senhores saibam a responsabilidade que carregam e, neste momento, eu coloco essa responsabilidade em suas mãos", disse o deputado, que logo depois encerrou a sessão.

Hoje os deputados decidem se instauram ou não CPIs na Casa. O discurso de Fábio Barcellos está afinado com técnicos da Casa que defendem que os dois meses de mandato que restam para os parlamentares não são suficientes para concluir, de forma séria, qualquer tipo de investigação. Para se ter uma idéia, a CPI da Saúde, realizada nesta legislatura, levou mais de um ano para ser concluída.

## Corregedoria vai apurar



Além das prisões, foram recolhidos muitos materiais

Malu Pires

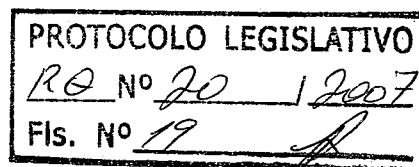
A corregedora-geral do DF, Anadyr de Mendonça Rodrigues, determinou ontem a realização de diligências para investigar quais os prejuízos que a prisão de representantes da direção do Instituto Candango de Solidariedade (ICS) trará ao GDF. Segundo o secretário de Comunicação, Marcos Vinícius Buccar Nunes, só esta investigação poderá informar os dados a respeito de contratos firmados entre órgãos públicos e o ICS, além do contingente de trabalhadores terceirizados pelo Instituto. "Estes números não estão concentrados em um só órgão do GDF, daí a dificuldade, no momento, de dimensionar a repercussão do episódio na máquina administrativa", disse.

De acordo com o secretário, os R\$ 26 milhões irregulares, encontrados em contas de membros do ICS, não se referem a repasses de verbas do GDF. "O ICS mantinha contratos de prestação de serviços com órgãos do governo e o que foi pago foi por trabalho realizado", disse.

Dados informais mostram que firmaram contrato de gestão com o ICS, pelo menos, a Secretaria de Governo, a Novacap, o DFTrans, a Superintendência das Administrações Regionais (Sucar), a Secretaria de Ação Social e a Secretaria de Solidariedade. A Secretaria de Saúde foi o único órgão do GDF a esclarecer que, desde 2004, não tem nenhum funcionário terceirizado com vínculo com o ICS.

No ano passado, o Instituto celebrou seis acordos de cooperação técnica e financeira com órgãos públicos e/ou privados, prorrogou a duração de 30 contratos já existentes e realizou um acordo de patrocínio. Esta sua atuação, conforme números do site da entidade, beneficiou 135 mil pessoas em situação de risco pessoal e/ou social.

Sociedade civil de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, o Instituto foi criado em 1971 como Campanha de Erradicação de Invasões (CEI). Hoje, atua em 18 regiões administrativas. Sua participação nos projetos sociais se dá pela celebração de contratos de gestão para a prestação de serviços em órgãos públicos ou privados.



**FRAUDE****Rombo pode ser maior**

18/10/2006 - 21:54:18

Ministério Público acredita que possível esquema de desvio de recursos do Instituto Candango de Solidariedade seja superior a R\$ 26 milhões

O grande volume de contratos supostamente fraudados, que teriam desviado quantias milionárias do Instituto Candango de Solidariedade (ICS), tem levado o Ministério Público do Distrito Federal (MPDF) a acreditar que o rombo é muito maior do que se imagina. O motivo é o grande número de documentos apreendidos durante a operação deflagrada pela Polícia Federal na terça-feira.

A PF prendeu 12 pessoas acusadas de participar de um esquema que desviou pelo menos R\$ 25,8 milhões de recursos para contas pessoais de funcionários, parentes e empresas ligadas ao presidente da entidade, Lázaro Severo Rocha, e o ex-presidente Ronan Batista de Souza, que estão presos. Os acusados estão na Superintendência da PF, no Setor Policial Sul. Sobre a 13ª pessoa com prisão temporária decretada e que não foi encontrada pelos federais, o procurador-geral do MPDF, Leonardo Bandarra, não quis revelar o nome, mas disse que ela deverá ser presa em breve. "Sabemos, inclusive, que essa pessoa está aqui no DF", disse.

Ontem à tarde, Bandarra disse ainda que o resultado da operação é apenas a ponta de um iceberg. "Esse rombo de R\$ 25,8 milhões poderá crescer muito mais. Existe a possibilidade de mais pessoas serem presas", afirmou o procurador. As denúncias de fraudes no ICS estão sendo investigadas pelo MPDF desde 2002. "Desde aquela época vínhamos registrando a movimentação bancária suspeita feita pelos dirigentes do ICS", disse Bandarra. No período, a entidade, que mantém convênios com o GDF e empresas privadas, movimentou cerca de R\$ 2 bilhões

O Ministério Público entrou com uma série de denúncias na Justiça contra o Instituto. Elas mostram que contratos firmados entre o ICS e órgãos públicos eram feitos de maneira irregular (sem licitação pública e com valores supostamente superfaturados).

Ontem à tarde, quatro promotores participaram dos interrogatórios feitos na PF com todos os envolvidos nos supostos desvios. Nenhuma informação sobre os depoimentos tem sido divulgada para a imprensa. O promotor Libânio Rodrigues disse que, no momento exato, o teor dos depoimentos serão divulgados. "Antes de revelar os detalhes da investigação temos que mapear todos os possíveis desvios de dinheiro feitos nos últimos quatro anos", lembrou.

Os advogados dos suspeitos já entraram com pelos menos quatro pedidos de habeas corpus no Tribunal de Justiça do DF. Segundo o advogado de Ronan Batista, Adolfo Marques da Costa, a resposta do pedido deverá sair na tarde de hoje. "Também pedi o relaxamento de prisão do meu cliente", explicou Adolfo da Costa.

**Nota à imprensa**

Por meio de uma nota à imprensa, o GDF rechaçou qualquer responsabilidade em relação ao desvio feito no ICS. A nota, assinada pelo secretário de Estado de Governo, Benjamin Roriz, reforça que a responsabilidade pelo episódio é exclusivamente dos dirigentes do Instituto.

Benjamin Roriz explicou, ainda, que a Corregedoria-Geral do DF começou a investigar as irregularidades. De acordo com apurações da Corregedoria, os pagamentos costumavam ser depositados pelo GDF diretamente ao ICS sempre em uma conta corrente específica do Banco de Brasília (BRB). Em outra nota, a Secretaria de Ação Social afirmou que nunca possuiu convênio com o ICS para contratação de pessoal.

**GDF aguarda investigação****Daniela Lima**

As denúncias de envolvimento de dirigentes do Instituto Candango de Solidariedade (ICS) com desvio de dinheiro público foram alvo de comentários da governadora Maria de Lourdes Abadia. Pela primeira vez ela cogitou a possibilidade de cortar os contratos do GDF com o instituto. Segundo ela, se houver recomendação da Justiça, os contratos poderão ser cancelados temporariamente.

Abadia garantiu que o GDF está acompanhando as investigações. "A nossa Corregedoria e a Controladoria estão com a responsabilidade de acompanhar as denúncias. Estou aguardando o desdobramento destas questões", garantiu Abadia.

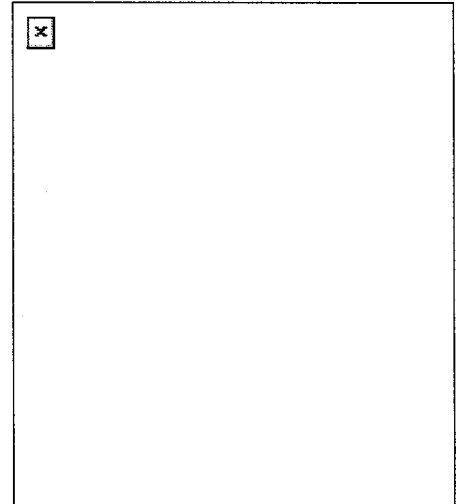
A governadora fez questão de ressaltar que os convênios do ICS com o GDF não são novos. "Nós temos convênios antigos com o ICS. A maioria foi apenas renovado, prorrogado. Ele existe há mais de 12 anos. Nós herdamos o ICS do governo do PT", garantiu Abadia.

Mesmo com a aparente insatisfação de a crise do instituto ter estourado justamente em seu mandato, Abadia foi cautelosa. "Estamos aguardando as conclusões da Justiça e da nossa corregedora, Anadyr Mendonça", afirmou.

Abadia disse, ainda, que não está havendo falha na prestação dos serviços conveniados com o ICS. "Os serviços estão sendo prestados, sim. A contratação de maquinário para as administrações regionais, e outras coisas, são compromissos que estão sendo honrados", ressaltou.

Ela fez questão de dizer que não tinha conhecimento das atividades do ICS junto ao governo. "A vice-governadoria não tinha convênio com o ICS. O GDF apenas mantém esses contratos, firmados há muitos anos. Assim que entrei, ordenei a licitação de toda a prestação de serviços. Já estamos preparando os editais. As licitações são mais transparentes e democráticas."

Abadia garantiu que o GDF vai aguardar e cumprir as recomendações da Justiça. "O meu governo está aberto. Se há denúncias, elas têm que ser apuradas e se há culpados, eles devem ser punidos", encerrou.



**Na operação realizada na terça-feira pela PF foram apreendidos documentos que estão ajudando nas investigações**

